N.º 16—8 de Maio de 1915

A IDEIA NACIONAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

N.º 16 8 de Maio de 1915 ANNO I.º

A IDEIA NACIONAL

REVISTA POLITICA BI-SEMANAL

Director — HOMEM CHRISTO FILHO

SUMMARIO

EDITOR-ADMINISTRADOR: Antonio Rocha. Propriedade de Homem Christo Filho. Redacção, administração e officinas de comp. e imp. Rua de Arnellas — AVEIRO. Escriptorio em Lisboa — R. da Emenda, 30.

Escrevem n'A IDEIA NACIONAL:

Ramalho Ortigão

Conselheiro Ayres de Ornellas

Homem Christo
(Cartas de Longe)

Conselheiro Luiz de Magalhães
(Politica Interna)

Lord Henry
(Philosophia Politica)

Conselheiro José de Azevedo Castello Branco
(Questões Diplomaticas)

João do Amaral
(O Meu Diario)

Conde de Sabugosa

Conselheiro D. Luiz de Castro

Lourenço Cayolla
(Questões coloniaes)

Antonio Emilio d'Almeida Azevedo
(Questões Juridicas)

Rocha Martins

Conselheiro Anselmo Vieira
(Questões Financeiras)

G. Jean Aubry
(Questões Extrangeiras)

Alberto Pinheiro Torres
(Questões Religiosas)

Victor Falcão
(Notas Politicas)

Etc., etc.

Toda a correspondencia relativa a esta Revista deve ser dirigida ao DIRECTOR. — Cada exemplar d'A IDEIA NACIONAL custa 50 reis.

REVISTA POLITICA

O governo

Logo no dia seguinte ao da constituição do actual ministerio os boateiros democraticos começaram a fazer constar que havia dissidencias entre os membros do governo. Não tardou que espalhassem aos quatro ventos que o ministerio estava em crise. E creio mesmo que chegaram a annunciar, por varias vezes, para o dia seguinte, a queda do snr. general Pimenta de Castro. Tem sido uma campanha de todos os dias, de todas as horas, de todos os instantes. Essa campanha tem um fim: desacreditar o governo, evitar que se tenha confiança n'elle e d'elle se espere alguma coisa.

O *truc*, por demasiado grosseiro, não surtiu effeito. Nem o governo esteve em crise, nem cahiu, nem sequer deixou ainda de merecer, desde que se formou até hoje, o applauso unanime do paiz.

O nosso dever de portuguezes — não direi o nosso dever de monarchicos — é applaudi-lo e apoia-lo, emquanto elle se mostrar disposto a respeitar as liberdades e os direitos de todos e a manter a ordem publica. D'outra forma poriamos os interesses partidarios acima dos interesses da Patria.

Não pode ser e esperamos que não será.

O mulato João Chagas

O mulato João Chagas disse da sua justiça. O snr. João Chagas explora o escandalo. Sabe cultivar o reclamo. Por isso quando chegou do extrangeiro, ao mesmo tempo que tomou a direcção dos manejos revolucionarios, metteu-se n'um quarto a escrever. Os jornaes informaram que o snr. João Chagas estava escrevendo; á porta dos botequins murmurou-se com ar de mysterio que o snr. João Chagas estava escrevendo; e quando alguem se aventurava a bater ao ferrolho do ex-ministro mulato, o creado respondia invariavelmente ao visitante:

—Sua Excellencia está escrevendo.

Assim se formou uma atmosphera de curiosidade e mysterio em volta dos linguados do snr. João Chagas agora transformados em trinta e duas paginas impressas com má tinta em pessimo papel. O escriptor mestiço preparou pois cuidadosamente o lançamento do opusculo que ha-de resolver as difficuldades financeiras que lhe creou a sahida da legação de Paris. O opusculo é um negocio, como negocio é tudo o que faz o inclito varão que negoceia com o jornalismo, com a politica, com os fornecimentos do ministerio da guerra, com os amigos dos dois sexos, com a diplomacia, com a honra da Patria.

O snr. João Chagas escreveu um opusculo, sem brilho litterario, sem ideias, sem vigor, sem nenhuma qualidade apreciavel. Fez insinuações desagradaveis, accusações venenosas ao illustre presidente do ministerio actual, accusações que os jornaes da grey se apressaram a transcrever, commentar e explorar. Segundo o plumitivo mulato o snr. general Pimenta de Castro ter-se-hia recusado a tomar as medidas necessarias para resistir á primeira incursão monarchica, commandada por Paiva Couceiro, trahindo assim o governo de que fazia parte na qualidade de ministro da guerra.

Os inimigos do governo exhultaram. O snr. Pimenta de Castro era traidor á Republica, cumplice dos monarchicos, hontem, como hoje.

Seccamente, friamente, sem palavras superfluas, sem raciocinios torcidos, sem sophisma nem recriminações, com o desprezo que merece a qualquer homem de bem o miseravel aventureiro mestiço, o illustre militar que preside o ministerio respondeu:

«O snr. general Pimenta de Castro, quando ministro da guerra do gabinete João Chagas, poz á disposição e á ordem do commandante da 3.ª divisão além das forças da 6.ª e 3.ª divisões, que já estavam sob o seu commando superior, assim como as forças de marinha, engenharia e metralhadoras que tinham ido de Lisboa, todas as forças das 2.ª e 6.ª divisões militares, isso não obstante a convicção em que o ministro sempre esteve de que as annunciadas e previstas incursões não teriam a importancia que lhes davam ou pretendiam dar, convicção essa, cujo bom fundamento os factos subsequentes sobejamente demonstraram.

O mesmo ministro, parecendo-lhe que os snrs. Duarte Leite, ministro das finanças e Sidonio Paes, ministro do fomento, estavam no Porto prejudicando a livre acção militar d'aquelle commandante, mandou a este um telegramma no sentido de evitar o grande inconveniente da variedade de mandos.

De resto, foi excluido do conselho de ministros que o então presidente do ministerio declara ter sido convocado para tentativa de entendimento com elle, pois nem para esse conselho recebeu convocação; não se avistou com o snr. Duarte Leite, por quem não foi procurado; e só teve conhecimento do que se passava pela carta que, ás 10 horas da noite de 7 de outubro de 1911, lhe foi entregue em sua casa pelo secretario do presidente do ministerio, carta em que este lhe dizia ter-se reunido com os ministros da justiça, finanças, marinha e colonias, e á qual no dia imediato deu a já conhecida resposta, entregue em mão ao chefe do governo, no ministerio dos negocios estrangeiros, pelo seu ajudante de campo.

Assim esmagou o snr. Pimenta de Castro, em duas palavras, com o tacão da sua bota alta de general, o repugnante e negro parasita democratico.

Forças conservadoras

Cada vez nos parece mais necessario e mais urgente oppor á corrente liberaleira e demagogica que ameaça subverter o paiz, uma forte corrente conservadora.

Entre Portugal e o resto da Europa, intellectualmente, ha um seculo de distancia. Os pomposos axiomas postos pela Revolução Franceza, a phraseologia ôca dos declama-

dores de 89 que de ha muito foram relegados, além dos Pyrineus para o numero das velharias ridiculas, ainda hoje são o unico evangelho dos radicaleiros nacionaes, ignorantes e pretenciosos, que fazem o gaudio da Europa intellectual.

A campanha palavrosa dos republicanos, do que elles chamavam ás ideias modernas, da liberdade, egualdade e fraternidade, do anti-clericalismo sectario e intolerante, encontrou em certos elementos das classes inferiores de Lisboa, desnacionalisados e pervertidos por seculos de cosmopolismo, de mandrice e de crápula, um terreno explendido de cultivo.

Estes elementos, que constituem uma infima minoria e não possuem nenhuma das qualidades da velha raça portugueza, trabalhadora, dedicada, pacifica e tradicionalista, por isso mesmo que são o producto hybrido de ligações e cruzamentos contrahidos nos continentes mais diversos e nos paizes mais remotos, são todavia os mais activos, os mais combativos, os mais audaciosos, eram por consequencia os mais capazes de se imporem a uma sociedade timorata, desorganisada e enfraquecida por crises gravissimas, já abalada nos seus alicerces fundamentaes pela falta de energia dos politicos constitucionalistas.

E assim foi. E' claro que teriam sido fatalmente vencidos, cobertos de ridiculo e destroçados vergonhosamente no campo da batalha que é a arena politica, se todos os chefes monarchicos tivessem faculdades de resistencia e qualidades combativas.

Mas não tinham porque, sendo muitos d'elles monarchicos modelares, inconscientes ou snobs, monarchicos por hereditariedade ou por calculo, lhes faltava aquella força intima que só dão as convicções arreigadas e consolidadas pela refexão e pelo estudo, aquella intransigencia de caracter e de principios, aquelle desprendimento altruista e aquelle ardor guerreiro que só mostram, nos momentos difficeis, os homens ou os povos possuidos de uma convicção inabalavel, illuminados por uma grande fé.

Refiro-me aos que procediam animados de boas intenções e que em vez de se unirem, oppondo ao vagalhão de-

magogico uma barreira insuperavel contra a qual se quebraria definitivamente o impeto ficticio dos assaltantes, ficaram, contemporisando com a desordem, negociando com a anarchia, n'uma indifferença que ás vezes chegava a parecer cumplicidade, n'uma expectativa idiota, á espera que a vaga de enxurro se avolumasse e lhes passasse por cima. E passou. Elles ficaram salpicados de lama, na praça deserta e a onda avançou, triumphante, até ao Palacio Real, lambeu os alicerces do throno e installou-se no Terreiro do Paço.

Depois seguiu-se a pilhagem, a ruina e a devastação por toda a parte. Foi então que o paiz, vendo-se expoliado, ludibriado e offendido nos seus direitos e nas suas crenças mais sagradas, adoptou perante a revolução triumphante a attitude de admiravel resistencia passiva, tenaz, impenetravel, que desarmou a demagogia e tornou impossivel a vida da republica.

Contra essa resistencia quebrou se a força impulsiva da onda invasora e hoje debalde os chefes revolucionarios procuram manter o fogo sagrado e levantar o animo abatido dos seus sequazes. A reacção fez-se e a restauração da Monarchia, que significa o restabelecimento dos principios de ordem, de auctoridade, da tradicção nacional, apparece inevitavel mesmo áquelles que procuram, por honra da firma, illudir a opinião publica e illudir-se a si proprios, affirmando que a republica está radicada no paiz e identificada com o sentimento da Nação.

Mas que a Restauração se faça não é bastante. E' realmente preciso que a mudança de regimen corresponda inteiramente a uma modificação no modo de pensar da gente portugueza naturalmente inclinada a deixar-se levar por formulas vãs e palavras bonitas. E' preciso destruir o veneno do liberalismo inoculado n'esta terra pelos politicos constitucionalistas. E' preciso que regressemos á verdadeira tradição nacional, ás instituições fundamentaes constitutivas da nacionalidade portugueza. O nosso paiz soffre as consequencias das falsas e deleterias doutrinas do encyclopedismo. Urge formar uma poderosa corrente conservadora que seja um obstaculo aos excessos do liberalismo. Porisso

nós applaudimos todos os exageros da *direita* e vemos com satisfação a tendencia *reaccionaria* das novas gerações. Não quer isto dizer — como muita gente suppõe — que estejamos de accordo com esses exageros. Mas julgamo-los necessarios, mesmo indispensaveis para estabelecer o equilibrio fecundo sem o qual é impossivel a vida e o progresso dos povos. Estamos soffrendo as consequencias da *desordem*. São pois bemvindos todos os *elementos de ordem* que porventura appareçam. E' o caso do movimento *integralista* que muita gente nos accusa de applaudir e que de facto apoiamos, não como doutrina intangivel mas como um poderoso elemento de equilibrio nacional.

E temos a plena consciencia, bem alto o affirmamos, de que quem defende a grande politica monarchica somos nós.

Politica externa

POR

J. d'A. CASTELLO BRANCO

O neo-iberismo

"Portugal e Hespanha querem viver como irmãs, já que teem o pressentimento de que a Historia lhes reserva no futuro uma missão commum cheia de prestigios e glorias.

No altar d'esta missão necessitam estreitar desde já as suas relações economicas e politicas, tornando-as cada dia mais intensas e mais intimas, unica maneira de que Portugal e Hespanha possam conjunctamente praticar em alguma data uma mesma politica internacional e apresentar-se amanhã perante a Europa levando a voz da Iberia."

Palavras de *Melchiades Alvarez.*

Compendia esta parte do discurso que em Granada proferiu o *leader* do reformismo hespanhol todo o *neo-iberismo,* velha aspiração que reside na alma do povo visinho e que, como uma diathese, persiste essencialmente identica sejam quaes forem as manifestações com que se exteriorise. São variações de um mesmo thema que podem ter ouvido os que acompanham a politica de Hespanha na bocca de Romanones e ainda n'um recente dialogo do chefe do governo conservador com um jornalista que o interpellou.

A evolução do direito amaciou as velhas ideias da conquista á mão armada: vae perdida a tradição da politica *philipina*, mas nem por isso é menos vivo o sentimento que orienta a politica da nação visinha e que, porque corresponde a um intenso sentimento, cedo ou tarde explodirá em actos, conforme forem ou não forem azadas as circumstancias que façam aflorar os episodios da politica europeia.

Será um bem? será um mal? Não discuto. E' sempre ephemero construir sobre a areia movediça de hypotheses. A Historia tem os seus fatalismos e nem por muito previstos deixam de realisar-se quando as condições se ajustam para a realisação d'aquillo que depois costuma dizer-se que são as finalidades dos povos.

Melchiades Alvarez julgo estar na verdade quando affirma que em Hespanha se não pensa em attentar pela força contra a nova existencia politica, como nação independente. Ninguem, de bom juizo, para alem das fronteiras, pensa hoje na possibilidade perduravel de nos invadir. A conquista seria talvez uma empreza facil dada a desordem da nossa administração militar. Não teriamos forças para resistir. O mesmo não seria das intimas energias com que, passado o primeiro assombro, todos nós nos lançariamos n'uma tumultuaria reacção, causa perturbadora que iria sommar-se a todas as que agitam a vida interna da nação hespanhola. Militarmente poucas dezenas de milhares de homens serão precisos, no estado actual, para nos invadir: para nos conter a Hespanha carecia de um exercito permanente de occupação e, se podesse com o sacrificio, um tal processo de conquista moral não poderia ir dar senão a um final desastre, pois que não é facil digestão esmoer a resistencia de seis milhões de opprimidos.

Claro como eu vêem isto os politicos hespanhoes e por isso são sinceras as affirmações de que ninguem já hoje pensa n'essa forma retardada e fóra de moda de um *iberismo* que ainda em 1870 personalisou, com muitas manobras subterraneas, o enviado da republica Fernandez de los Rios. Nós somos hoje a *nação irmã e amiga,* contra cuja independente liberdade ninguem attenta, contentando-se todos em que, de portas a dentro, cada um se governe como quizer, sendo muito de desejar que todos cooperem para uma obra de paz que a todos assegure a posse de uma prosperidade, condição primacial para uteis e grandes emprehendimentos.

Que poderia ganhar — diz-se — a Hespanha, perturbada pelo que ainda resta do seu altivo regionalismo, com duas Catalunhas irrequietas, uma ao oriente e a outra pelas costas? Portugal *conquistado* seria um

precioso elemento de intriga politica para quantos desejassem estorvar a acção de uma Iberia com pretensões a intervir no conceito europeu. Teriamos amanhã a reedição do passado e não faltariam Mazzarinos que nos auxiliassem os impetos de revolta.

* * *

Não! O *neo-iberismo* tem outra elegancia, tem outras formas e, se elle constitue um *perigo nacional portuguez*, nem pela suavidade dos processos deixa de ser uma poderosa ameaça. Fala mais a inteligencia que a sensibilidade. A sua acção coaduna-se mais com os tempos e desperta discussões e não irrita.

Para os *neo-ibericos* a união dos dois povos não importa a perda da nacionalidade de qualquer d'elles. O que é essencial é que todos os meios apropriados a fazer a força das nações, se conjuguem n'uma unidade economica que fará como consequencia a unidade politica. Foi por este meio que se preparou a unificação do imperio allemão e nenhum dos seus povos se queixou de que lhes violentassem a independencia no dia em que a penetração economica mutua ficou assente nos termos de um convenio aduaneiro. A Hespanha e Portugal são paizes de uma mesma base productora agricola.

O intercambio dos seus productos, feito sem as peias tarifanas de hoje facilitará o consumo interno e acabará por crear uma corrente para longinquos mercados facilitada pelos portos que abundam nas costas do Mediterraneo e do Atlantico. E' assim que pensam os que preconisam um *zoolverein* iberico. Se encarar o problema sob o meu ponto de vista de consumidor, não direi que theoricamente não seja seductor o problema. O mesmo não saberia dizer se quizesse contradictar os que esperam que a *união economica*, prégada pelos chefes dos partidos, seja a forma suave e segura de realizar uma outra unidade de mais transcendente importancia.

A Hespanha e Portugal constituem geographicamente uma unidade peninsular, com fronteiras naturaes, o mar e a cordilheira pyrinaica. No dia em que uma unica e mesma voz fale pelos dois, no concerto do mundo, a Iberia terá adquirido uma importancia que lhe não poderia dar a conquista violenta de Portugal, assegurada pela permanencia de um exercito. A sua situação seria um pouco da que tem sido a da Inglaterra, isolada na solidão dos mares, ao abrigo das invasões na dupla defeza das suas esquadras e das suas costa eriçadas de difficuldades. Assegurada a

Hespanha da intima amisade de Portugal, com identidade de politica externa, para que pode precisar de um exercito? Do que os dois povos poderão carecer é de uma grande esquadra que lhes garanta a immunidade da terra e seja o vehiculo protector de um commercio externo que crescerá na proporção das facilidades que lhes facultar a união aduaneira.

Conprehende-se pois o enthusiasmo dos propugnadores do *neo-iberismo*, de olhos postos n'uma mais grande Iberia que conserve intactas com as liberdades existentes, com a independencia assegurada, as tradições de um passado glorioso que não seja um estorvo a mais estrondosas emprezas.

Por isso elles pensam e assim o dizem, que a Hespanha não carece de attentar contra a independencia nacional portugueza e, quem sabe mesmo, se amanhã a nação inteira se não differenciará em estados confederados, sob uma mesma direcção na sua politica exterior e em tudo o que seja a expressão de uma mesma vontade collectiva? Não será o inicio d'essa profunda revolução politica esse projecto, ainda mal amadurecido, de Maura, destinado á formação de agrupamentos municipaes autonomos?

D. Antonio Maura é sem possivel contestação, o mais profundo e mais patriotico politico da Hespanha. Elle é a voz reflectida de uma aspiração nacional que se molesta com o espectaculo de uma desnorteada existencia dos partidos, satisfeitos com immediatas e mesquinhas realisações. O seu ultimo discurso, admiravel na exposição do detalhe, parece *não concluir*. Comprehende-se a desillusão de quantos esperavam mais radicaes affirmações de politica tanto interna como externa. Não era de crer que ellas partissem de um tão reflectido homem de estado. Comtudo o bastante que disse dá para nas entrelinhas se perceber que, se houvesse de se affirmar no ponto concreto das relações da Hespanha com Portugal, esse nos entoaria identica *berceuse*, a cuja toada podem dormir tranquillos os que costumam soffrer de pesadellos invasores.

A republica portugueza não tem sido para a Hespanha nem um commodo visinho nem um moralisante exemplo. Todos os elementos monarchicos que por lá pululam, podem dar tento, pelo que por cá se passa, como é commoda a vida para os que se contentam de viver n'uma athmosphera de perturbação e incerteza. Sob este ponto de vista nós temos constituido um *perigo nacional* hespanhol, o que não tem obstado á troca de todas as boas palavras cortezes do estylo entre gente de boa sociedade. Se outro, differente do que é, fosse o intuito hespanhol, teria, mais de uma vez, tido um optimo pretexto para nos vexar, para nos

invadir se esse fosse o seu proposito. Poderia ser falso o raciocinio: uma moral talvez de lobo e de cordeiro: mas nem por isso deixaria de servir, pois que a violencia em si contem a razão de agir. Mas não é. Podemos, por esse lado, estar tranquillos. O *neo-iberismo* não armará os *terços* do Duque d'Alba e, se um dia, a Iberia fôr á festa das nações ella nos mostrará de braço dado, n'um quadro em que as côres garridas das nossas mulheres da Maia se harmonisarão com os safões pelludos dos homens de Castella.

Questões Coloniaes

POR

LOURENÇO CAYOLLA

O problema de Angola

VIII

Estamos chegados ao fim da nossa jornada. Tem-nos sido ella bem dolorosa, porque corta o coração ver como o desconhecimento das verdadeiras necessidades d'uma das nossas possessões ultramarinas mais vastas, mais ricas e onde com maior intensidade se vinha fixando desde seculos a influencia portugueza e o desaproveitamento de todas as circumstancias favoraveis á consolidação alli do nosso dominio, nos levaram a uma situação gravissima e á perda de milhares de contos e de vidas preciosissimas para a defeza da patria.

Temos procurado fazer uma narração verdadeira e um commentario liberto de todo o espirito de sectarismo dos factos occorridos nos ultimos annos em Angola e do caminho que deveriamos ter seguido para lhe abrir largos horisontes de prosperidade. E temos sido forçados a reconhecer que fizemos tudo quanto era humananamente possivel para crearmos um estado de cousas que se traduz pela ruina economica do presente e por um perigo talvez insuperavel para o futuro, n'aquella valiosissima colonia.

Quando se declarou a guerra entre as grandes potencias europeias, tudo indicava que a Allemanha não tinha nem podia ter o menor intuito de alargar a esphera das suas hostilidades atacando as nossas possessões d'alem-mar. Já não lhe faltavam inimigos e os campos onde se tinham de desenvolver os seus exercitos eram vastos de mais para os effectivos que podia reunir, por mais perfeita e demorada que tivesse sido a sua preparação militar. Para mais a Inglaterra assenhoreara-se, desde a pri-

meira hora, do dominio dos mares e aquella poderosa nação não poderia reforçar as suas guarnições ultramarinas.

Não existia para nós essa difficuldade e n'estes termos a campanha a que ella se aventurasse, para satisfazer sem demora as suas velhas ambições, leval-a-hia verosimilmente a um desastre, que mais do que tudo iria ferir o seu orgulho e custar-lhe um profundo golpe moral.

Mas infelizmente a mania guerreira, de que se fizeram echo alguns dos jornaes mais temidos pelos governos e que se apossou de elementos politicos dos mais preponderantes do actual regimen, não deixou que tirassemos d'essa situação os beneficios e vantagens que podiamos alcançar. N'essa propaganda agremiaram-se elementos das mais diversas origens.

Aos espiritos aventureiros sempre anciosos de desafiarem o acaso e os perigos, juntaram-se os politicos sectarios, que não hesitavam em arriscar os interesses mais sagrados da sua patria, na esperança de poderem consolidar, com o respeito das chancelarias extrangeiras, as novas instituições, sempre vistas com desconfiança e antypathia pela imprensa e pelos governos das mais poderosas nações. E uns e outros eram ainda incitados pelos exploradores de officio, pelos que esperavam tirar dos fornecimentos para o exercito que se enviasse para Flandres lucros fabulosos e poderem realisar, á sombra d'esses fornecimentos, negocios escandalosos e immoraes. E com tanto fervor se lançaram todos elles a apregoar a conveniencia de nos envolvermos na guerra, embora essa attitude não fosse a que nos era recommendada pela nossa alliada, e tão apaixonadamente defenderam as paixões ou os interesses a que obedeciam, que a opinião do paiz, sempre facilmente impressionavel e impulsiva, chegou a suggestionar-se e quasi a applaudil-os. Animados com esse apoio, que desappareceu logo que houve um conhecimento mais directo dos tôrpes fins a que aspiravam muitas d'esses pregoeiros da guerra, elles chegaram á audacia de calumniarem com o epitheto de covardes os que lembravam a nossa falta de preparação, a deprimente figura que não poderiamos deixar de fazer, as tristes consequencias, não só da perda de vidas, mas d'um perigoso descalabro financeiro e economico, que certamente nos adviriam e por isso, com sincero patriotismo, aconselhavam que não nos envolvessemos em aventuras tão perigosas como aquella para que se queria arrastar o paiz.

A expedição para França não se chegou a organisar. As revelações que vieram ultimamente á imprensa e das partes mais auctorisadas, demonstram que a Inglaterra sempre quiz que nos mantivessemos n'uma

absoluta neutralidade, accedendo a pedir-nos um contingente para os campos da batalha só quando o governo portuguez lhe impoz esse pedido como condição de lhe ceder o material de artilharia de que ella necessitava. Mas apezar d'isso as provocações á Allemanha repetiam-se todos os dias e cada vez mais violentas e a nação guerreira por excellencia, que desafia quasi o mundo inteiro n'um repto collossal, fingia que não tinha conhecimento dos nossos desafios e continuava a sustentar comnosco relações diplomaticas, como se fossemos uma potencia amiga.

As nossas auctoridades em Angola não podiam deixar de se embuir das ideias que orientavam o governo da metropole. Animadas tambem por impetos de desaggravo contra o estado de cousas que se tinha estabelecido e que se tornara deprimente para a nossa soberania, quizeram mudar a situação radicalmente e de repente. Os delegados allemães viram-se expoliados de regalias que já consideravam como direitos adquiridos. E assim se deu o primeiro incidente de Naulilla, que originou a morte de dois individuos de cathegoria d'aquella nacionalidade, um d'elles nada menos do que o proprio governador dos territorios fronteiriços.

Ainda d'esta vez a Allemanha se mostrou indifferente e o seu ministro se conservou em Lisboa, tratando com os ministros portuguezes, como se cousa alguma se tivesse passado de anormal. Não deviamos porém ter illusões sobre o que viria a succeder. Mais cedo ou mais tarde, logo que a occasião se proporcionasse, os allemães haviam de procurar vingar-se da affronta que lhe fizeramos. Era urgente tomarem-se providencias mais energicas para que podessemos fazer face a todas as eventualidades. N'esse momento já não havia opiniões divergentes e todos acceitavam a guerra em Africa como uma necessidade para a defeza dos nossos direitos e do nosso brio. O governo podia exigir os maiores sacrificios, porque ninguem lh'os regatearia. Mas elle tinha o dever de organisar a expedição de modo que os seus chefes soubessem nitidamente a missão que lhes era confiada e dotando-a dos elementos indispensaveis para o triumpho.

Infelizmente, a este respeito, commetteram-se faltas que tomam as proporções de crimes. Os officiaes pertenciam ao mesmo exercito que desde 1890 tem vindo assombrando o mundo com qualidades de resistencia e actos de heroicidade que não teem rival. Iam dispostos a honrar por todos os modos tão gloriosas tradições. Os soldados, não obstante a sua reduzida permanencia nas fileiras e possuirem a instrucção de simples milicianos, não sentiam apprehensões ou temores e tinham sahido das terras da sua guarnição entoando hymnos de esperança e alegria. Mas

de que valiam essas animadoras disposições e dotes de valentia e intrepidez, dignos de inspirarem a maior admiração, se as faltas se accumularam n'uma imprevidencia desatinada?!

Um official d'alta graduação, que já no actual regimen exerceu as funcções de governador geral d'Angola, e que por isso a todos é insuspeito de pretender ser desagradavel aos governos republicanos, não duvidou n'uma conferencia publica formular um tremendo libello constituido pela enumeração d'algumas d'essas faltas. As forças expedicionarias organisaram-se aos poucos e poucos sem que nenhuma d'ellas constituisse um nucleo sufficientemente resistente. Os generos que deviam alimentar as tropas da metropole muitos d'elles foram desviados do seu destino, ou substituidos por outros de pessima qualidade e improprios para o fim a que eram destinados. Na provincia o serviço de transportes havia sido descurado por uma forma inacreditavel, a tal ponto que tudo faltou para que as diversas unidades se podessem concentrar nos pontos mais proprios para a sua acção efficaz. Alem d'isso nas regiões mais proximas da fronteira e onde o embate se deveria dar continuavam os agentes allemães a exercer a sua acção deleteria de espionagem, e de intrigas e sugestão nos elementos indigenas.

Todas estas causas conjugadas são mais que sufficientes para explicarem o desastre de Naulilla, que haviamos attrahido com tantas e tão escusadas provocações e que depois não soubemos evitar. Perdemos n'esse combate muitas vidas preciosas e soffremos com elle um desprestigio perigosissimo para a nossa soberania.

Os povos da região, vendo que abandonavamos os fortes, que até então eram os testemunhos mais visiveis da nossa soberania, acreditaram facilmente os allemães interessados em os convencer de que cessara alli para sempre o dominio portuguez. E hoje, alem da necessidade de nos desforçarmos do enxovalho que nos foi feito, temos de submetter de novo largos territorios, que só pela valentia dos nossos soldados, intelligentemente aproveitada pelos que então dirigiam os destinos do paiz, conseguiramos submetter em 1906.

Será essa uma tarefa eriçada das maiores difficuldades e que nos obrigará decerto sobretudo a pezadissimos sacrificios financeiros. E as guerras que teremos de sustentar mais difficultarão, ainda durante um largo periodo, a solução do problema de Angola. De tantas glorias terão direito a orgulhar-se os ultimos governos.

Lourenço Cayolla

Philosophia Politica

POR

ALFREDO PIMENTA

Lord Henry

Uma noite, aqui ha uns mezes, ainda estavamos no anno passado, o snr. Homem Christo Filho, veio a nossa casa e disse-nos que queria que lhe dessemos para o seu jornal — *A Restauração* — dois artigos por semana, escriptos: sobre o que quizessemos, como quizessemos e quando quizessemos. Eu respondi que não tinha duvida alguma em dar-lhe ensaios de philosophia politica, elementos de doutrinação nacional conservadora. Mas como estava collaborando effectivamente n'um jornal politico partidario, para evitar erroneas e estupidas interpretações, seccantes e mortificantes sobresaltos, eu reservava-me a liberdade de mascarar o meu nome, não mascarando de modo algum a minha doutrina. O snr. Homem Christo concordou, e eu disse-lhe que evitasse a revelação, para não me obrigar a impertinentes explicações, mas garanti-lhe que assumia a responsabilidade dos meus artigos e não fugiria a confirmar a minha auctoria, quando porventura, por quaesquer circumstancias, ella viesse a suppôr-se. O snr. Homem Christo concordou, e *A Restauração* publicou no dia 19 de Setembro de 1914, um artigo *Direitos e Deveres*, assignado por Lord Henry. E Lord Henry publicou na *Restauração*, artigos de doutrinarismo conservador, nos dias 23, 26 e 30 de Setembro e 8, 11, 15 e 17 de Outubro. No dia em que este jornal foi assaltado, devia sahir um artigo de Lord Henry sobre a *Questão social.* N'esta altura já as pessoas das nossas mais intimas relações sabiam quem era Lord Henry. E dias depois do assalto ao jornal, o nosso amigo snr. Dr. Veiga Simões disse-nos que o tinham informado de quem era Lord Henry. E

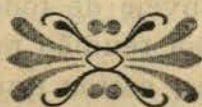
nós confirmámos-lhe essa informação. Podiamos ter escolhido o pseudonymo S. Francisco d'Assiz, ou qualquer outro nome emerito na Virtude e na Bondade. Mas tentou-nos a intriga e o requinte — e então pedimos licença a Oscar Wilde, para afivelarmos a mascara da sua personagem no *The picture of Dorian Gray*. A existencia de um Lord Henry portuguez não foi infecunda: alem de ter tornado mais conhecido um espirito que era brilhante, e um auctor que era um authentico e superior artista — provocou o apparecimento de Lady Hetty, uma encantadora e culta senhora da sociedade de Lisboa, com cuja amizade muito me honro, e com cuja convivencia muito me encanto. Suspensa a *Restauração,* Lord Henry desappareceu. E desapparecido se deixaria ficar se o snr. Homem Christo, ao descer do Sud-Express que o trazia do exilio, não me viesse pedir para conseguir que Lord Henry continuasse na *Ideia Nacional* a collaboração que tão abruptamente se interrompera no seu jornal destruido. Lord Henry accedeu, e fez publicar n'esta Revista, os artigos que V. Ex.as leram. Quando publiquei no *Nacional* uns versos sob o titulo *Bilhete a M.me X* — Lady Hetty escreveu-me, dizendo-me que me descobrira, e que Lord Henry e o auctor d'esses versos eram uma e a mesma pessoa. Não sei se Lady Hetty foi, n'esta occasião, a imagem synthetica de muitos espiritos. O que sei é que senti, n'esse momento, cahir completamente a mascara, e toda a gente affirmar o nome de baptismo (eu ainda sou do bom tempo em que a gente era baptisada) de Lord Henry. Ha dias, na Liga Naval, o snr. Homem Christo pediu-me para não teimar em manter uma esteril intriga — pois não havia já ninguem que não soubesse quem era — Lord Henry. Confesso que me custou acceder ao seu pedido, tanto amor sentia e sinto por esse pequenino *loup* de seda que me escondeu o rosto durante alguns mezes, e tanta gente trouxe intrigada. Eu afeiçoara-me a esse nome, e tanto a elle me afeiçoara que até mesmo nas pessoas das minhas relações, esse nome passa como quasi sendo o meu nome. Mas accedi, e d'hoje para o futuro, Lord Henry desapparece de vez, para dar logar ao inexpressivo nome que estas linhas assigna.

*

Porque me escondi eu, isto é, porque escondi o meu nome? Eu não occultava a minha doutrina, e quem me tivesse vindo a lêr nos meus artigos da *Republica* ou me tivesse vindo a ouvir nas minhas conferencias politicas — facilmente descobriria quem era Lord Henry, a não ser que se tratasse de um caso singular de duplicidade cerebral inherente

a uma absoluta unidade mental. E houve muita gente que me veio bater á porta — no que aliás muito me lisonjeou. Porque escondia eu, portanto, o meu nome? Por um motivo muito simples: por conhecer o paiz em que vivo. N'estes artigos, como V. Ex.as teem visto, eu não escrevi uma palavra que dissesse respeito, directa ou indirectamente, ao regimen republicano, ou a quaesquer homens do mesmo regimen. N'estes artigos, como V. Ex.as viram eu não discuti, nem de perto nem de longe, a politica portugueza: eu discuti problemas de philosophia politica, cujas conclusões são claras e estão dentro das conclusões que, em publico, apparecem subscriptas com o meu nome. Mascarar-me para, na imprensa adversa ao regimen, criticar ou censurar o mesmo regimen, nos seus actos ou nos seus homens, repugnava á minha consciencia, era incompativel com o meu feitio, e era indigno da gentil hospitalidade que me offereciam. Esse problema nem chegou a ser debatido, nem mesmo formulado — entre nós, isto é, entre mim e o snr. Homem Christo. Escrevendo o que estava farto de escrever e de dizer, — para que occultar o meu nome? Ainda não ha muito tempo, n'um jornal de Lisboa que me honra e ennobrece com as suas infamantes calumnias, se affirmava que Lord Henry atacara na *Restauração* e na *Ideia Nacional*, a Republica e os seus politicos. Se eu tenho surgido, com os meus artigos de philosophia abstracta, na imprensa adversa ás instituições, exhibindo o meu nome, não sei, mas talvez a esta hora me andasse lá por fóra, irremediavelmente aborrecido com a vida portugueza. A nossa grande crise é a crise de caracter. E d'ahi a permanente e inflexivel suspeição em que vivemos. De tudo se suspeita e tudo se malsina. Não ha melindres a respeitar, intenções a acatar, actos a analysar, provas a requerer. Em Portugal, morreu a honra no dia em que nos convencemos de que só é honrado quem pensa como nós e quem está ao nosso lado. Morreu a honra no dia em que passou a ser doutrina corrente que o adversario é traidor e facinora. N'este decantado paiz, a gente só tem a liberdade de ser adversario de alguem nas condições que este alguem formule. Desceu-se a isto. Tendo-se descido a isto, a gente precisa de uma couraça muito resistente e de uma serenidade de espirito muito grande para se manter n'aquelle difficil estado de equilibrio a que se referia, na sua intelligente e habil carta, o meu amigo snr. João do Amaral. Ora os embates da Opinião Publica, sobretudo da Opinião Publica maleducada e grosseira, se não enfermam o meu raciocinio e não pervertem as minhas faculdades analyticas, magôam a minha sensibilidade e chocam desagradavelmente os meus nervos. D'ahi, a minha resolução

em não affrontar a Besta humana com um acto irreprehensivelmente correcto, mas que ella, na sua impulsividade, na sua demencia, na sua cegueira de espirito, não podia comprehender, e bem apreciar.

Mas tinha de ser. E o que tem de ser tem muita força. Foi. O que vou aqui, agora, escrever, é a continuação do que, até aqui, aqui tenho escripto. Simplesmente, em vez do intrigante, do mysterioso, do enygmatico Lord Henry, apparecerá, com simplicidade

ALFREDO PIMENTA.

Cartas de Longe

POR

HOMEM CHRISTO

Instrucção publica

Eis um dos muitos exercicios de redacção distribuidos aos alumnos do curso superior d'instrucção primaria elementar: «Paganini, celebre violinista italiano, attrahia a inveja de todos os artistas seus rivaes. Um dia que tinha que tocar n'uma reunião publica, um d'estes, mais invejoso e mau do que os outros, cortou quasi completamente tres cordas do violino do mestre. Paganini deu pelo attentado quando pegava no instrumento para tocar. Tocou, apesar d'isso, e conseguiu ser applaudido pelo auditorio. No fim, o invejoso, estupefacto, approximou-se do musico, e viu que o mestre tinha tocado com uma só corda! Conclui, desenvolvendo o thema de que o genio, não obstante os invejosos, triumpha de todos os obstaculos». Não é muito difficil, para homem. Em todo o caso, é um thema interessante, espiritual, delicado. E não sendo muito difficil para homem, não seriam capazes, comtudo, de fazer sobre elle obra limpa, nem o Palma Cavallão, nem o Derouet, nem o Este*vão* de Vasconcellos, nem qualquer dos membros da companhia que gira sob a firma Ligorio, Palma Cavallão & C.ª, sem exclusão do proprio Ligorio.

Outro: «Escrevei a um amigo participando-lhe que um dos vossos vizinhos, o marceneiro Durand, acaba de partir para Paris, depois de ter fallido. Teve uma casa prospera muitos annos; um dia começou a entregar-se ás bebidas e desde então deixou d'executar as encommendas com regularidade. Depois enfraqueceu-lhe a vista, as mãos tornaram-se-lhe tremulas e perdeu a sua habilidade profissional. Conclui, fazendo as considerações que exige o caso».

Outro: «Descrevei um homem equipado para a pesca á linha. Vae alta manhã para um ponto do rio onde sabe que encontra peixe. Preparativos. Desenrola a linha e atira-a á agua. Longa espera. Falsas alegrias. Emfim, sente picar. Retira a linha vivamente e recolhe um peixe. Imaginae incidentes. O intrepido pescador come as refeições pescando. A noite chega e elle entra em casa satisfeito».

Outro: «Descripção d'uma vindima. Eis as uvas maduras. O vinhateiro vae á praça publica contractar vindimadores. Escolhe alguns e combina com elles as condições. Vão todos para a vinha. Descrevei o trabalho. Descrevei os homens a transportar cachos cortados para o lagar. Chega a hora da refeição. Descrevei o jantar. Os homens recomeçam o trabalho. Uns cantam, outros conversam. A' noitinha entram todos na aldeia. Sentam-se á mesa do vinhateiro. Calculam o rendimento da colheita. Recordam todos os trabalhos que foi preciso executar durante o anno até se chegar á vindima. Formam projectos para melhorar a vinha no anno seguinte. Emfim, despedem-se e vão dormir até á manhã immediata».

Nem uma para dentro dava aqui o Palma Cavallão, o Luizinho, o *Estevão* de Vasconcellos, o Ligorio, esta grande cerebração nacional, membro alto ou baixo da vil sociedade.

Todos os exercicios são assim, quer os que os mestres dictam nas aulas, e recolhidos directamente pelos que se queiram dar a esse estudo e entreter com essa maçada, como nós em grande parte temos feito, quer os que se encontram, e estes todos os podem ler, nos livros escolares. Todos teem um caracter levantado, um objectivo intelligente, um fim de patriotismo, d'educação social, de moralidade, ou de utilidade pratica. Todos instruem e educam ao mesmo tempo. Todos revelam *uma outra mentalidade*. E' doloroso dizê-lo, mas a mentalidade portugueza é bem differente da d'estes povos avançados. E n'essa differença é que está o segredo do nosso grande atrazo.

Vejamos agora tres ou quatro *devoirs* sobre historia litteraria. Referimo-nos, não esqueça, ao curso superior das escolas de instrucção primaria elementar. Estamos tratando do que estudam em França os *sapateiros e os trolhas*, e não os medicos, os engenheiros, os officiaes do exercito, os doutores em philosophia e mathematica.

Sobre historia da litteratura grega:

«Em que differe, historicamente, a litteratura grega da litteratura latina e das litteraturas modernas? O que cultivaram primeiro os gregos, a prosa ou o verso? Em quantos periodos se pode dividir a histo-

ria da poesia grega? O que terá sido a poesia grega no periodo prehistorico? Quaes os nomes d'esse passado longinquo que chegaram até nós? E só temos noticia de nomes ou de mais alguma coisa? Justificae a vossa resposta».

«O que se chama *periodo homerico?* Quaes as obras a que se pode dar o nome de poesia *homerica?* Qual é o assumpto da *Illiada?* Qual é o assumpto da *Odysséa?* O que se entende por *cyclo troyano?* O que foram os *aedos?* Os *rhapsôdos?* Qual a opinião actual relativa á personalidade de Homero? A escripta era conhecida dos gregos no tempo de Homero? Qual a epocha presumivel da composição da *Illiada* e da *Odysséa?* Que medidas tomou Pisistrato na epocha dos poemas homericos? O que sabeis de Psistrato? O que sabeis de Aristarco? Em que epocha viveu Aristarco? Quaes são as obras de Hesiodo? O que encerra a *Theogonia?* De que trata o poema *Trabalhos e Dias?*»

Identicos *devoirs* sobre o *lyrismo.* Identicos *devoirs* sobre a *tragegedia* e a *comedia* (theatro). Identicos *devoirs* sobre a *prosa* — historiadores, philosophos, oradores. Vejamos só um d'estes ultimos, o mais curto, para não alongar nem maçar: o que diz respeito á eloquencia.

«Em quantas epochas se pode dividir a historia da eloquencia grega? O que sabeis sobre Pericles? O que sabeis sobre Lysias e Isocrates? Em que epocha viveu Demosthenes? Quaes foram as suas obras primas? Quaes os successos que inflammaram a sua eloquencia? Quem foi o rival de Demosthenes?»

Isto sobre litteratura grega. E' facil deduzir, a quem não tiver conhecimentos sobre o ensino publico em França, que será mais desenvolvido, como é, o estudo da historia da litteratura latina, e muito mais desenvolvido o estudo da historia da litteratura franceza. Quem nos dera que os nossos candidatos a doutores em mathematica e em philosophia, a officiaes do exercito, a engenheiros e medicos, estudassem nos lyceus, de litteratura em geral e de lingua portugueza em especial, o que de lingua franceza e litteratura estudam em França, nas escolas d'instrucção primaria elementar e nas escolas d'instrucção primaria superior, os sapateiros e os trolhas!

N'outro dia veio aqui, a minha casa, um afinador afinar-me um piano. Ora succede que em Bayonne ha muita gente d'origem portugueza. Em geral descendente de judeus. Não temos Mecenas, nunca os tivemos, jámais os teremos. Espirito de caridade, sim, e por espirito de caridade se tem protegido, não raro, um ou outro escriptor. Mas nunca pelo alto, patriotico e nobre intuito de favorecer as lettras, as sciencias,

as artes, ou, sob qualquer forma que ella se manifeste, a intelligencia portugueza.

Em França, já em plena edade média a Universidade de Paris era absolutamente autonoma, uma especie de Estado no Estado, uma Republica do Ensino, para nos servirmos dos termos d'um historiador illustre, acatada, respeitada e venerada pelo Papa e pelo Rei. O reitor da Universidade de Paris era eleito, e tomava logar entre os maiores personagens, collocado nas ceremonias publicas *antes dos cardeaes*, principes da Egreja, ao lado dos membros da familia real, principes de sangue. Em Portugal, o reitor da Universidade de Coimbra ainda ha pouco era nomeado pelo ministro do reino! Não sei que logar elle occupava nas ceremonias publicas. Mas devia ser na *cauda* do ultimo idiota das camarilhas palacianas.

O mesmo historiador illustre escreve que no tempo da Renascença «não houve principe, grande ou pequeno, não houve republica, Florença ou Venesa, não houve um papa em Roma, não houve um rei em França, não houve um imperador na Allemanha, que não se sentisse honrado em proteger os escriptores e os artistas». Enchiam-nos de dinheiro. Mas ainda lhes concederam mais honras que dinheiro. «Os mais poderosos personagens tratavam-nos d'egual para egual, ás vezes como seres d'excepção a quem tudo era permittido. Tratando-se de processar em Roma um cinzelador celebre, (e ao mesmo tempo, dizemos nós, um grande patife), Benvenuto Cellini, culpado d'assassinato, o papa Alexandre III respondia: *Homens unicos na sua arte como Cellini não devem ser submettidos ás leis.* O papa Julio II proclamava que as bellas letras *eram prata para os burguêses, oiro para os nobres, diamantes para os principes.* Leão X fazia de Raphael uma especie de seu ministro das bellas artes e pensava em lhe conceder as mais altas dignidades da Egreja querendo eleva-lo a cardeal. O imperador Carlos V dava a Ticiano o titulo e os privilegios de conde palatino e de conselheiro imperial. Visitando um dia o seu *atelier*, abaixava-se apanhando um pincel que tinha cahido da mão do pintor e entregava-lh'o dizendo: *Ticiano é digno de ser servido por Cesar*».

Em França, o Mecenado foi exercido sempre em larguissima escala. O menos culto conhece a protecção enorme que Luiz XII, Francisco I, Henrique II, Catharina de Médicis, Henrique IV, Luiz XIII, Luiz XIV, os duques de Borgonha, os Montmorencys, a Pompadour, tantos outros, sem falar já em Luiz Augusto e nos reis capetos, concederam aos escriptores e aos artistas, ás bellas letras e ás bellas artes. Em Portugal nunca

houve nada d'isso, ou houve tão pouco e tão restricto que nem vale a pena menciona-lo. Até n'isso a nossa mentalidade foi baixa, baixissima, miseravel. E hoje então não ha *snob* nem rufio, não ha descendente parvo e syphilizado, syphilizado no corpo e no espirito, dos nossos velhos fidalgos, não ha pretendente imbecil e pulha ás cadeiras de S. Bento e do Terreiro do Paço, não ha quadrilheiro da politica ou lacaio de quadrilheiro politico, analphabeto enriquecido, alcoviteiro de damas poderosas ou influentes, cacique ou serventuario de cacique, que não trate os homens de valor a pontapés. E quando lhes estendem a mão, estendem-lh'a como se estende a um mendigo, ou peor, porque ao mendigo estende-se sem nenhuma idéa deshonesta e aos homens de talento a esmola é sempre dada com propositos reservados. Ha excepções, excepções muito honrosas, e, felizmente, nós proprio as conhecemos. Mas pouquissimas. Mas rarissimas. Tão raras que nem se pode dizer que a regra seja geral. E' uma regra quasi absoluta.

Entretanto que grandes serviços não teriam prestado os Mecenas, se os houvesse, ou tivesse havido em Portugal, a essa patria infeliz! Ahi, onde o talento não tem nenhum estimulo, onde os homens de letras e os artistas não podem viver d'um trabalho independente e honrado, onde tudo vegeta escravisado ás conveniencias de S. Bento ou do Terreiro do Paço, á escassez do thesouro, pois que as rendas publicas nem chegam para pagar a prostituição politica, ahi, onde para muita gente que seria capaz de pensar, que seria capaz de produzir, que seria capaz de ser honesta, só ha um recurso,—dilemma horrivel!—ou morrer de fome ou afogar em si todo o espirito de verdade, todo o espirito de justiça, toda a razão, todo o livre exame, entregando-se, cego, mudo, prostituido, escravo, ás quadrilhas!

Dilemma horrivel.

Uma das coisas interessantes seria completar a historia da expulsão dos judeus portuguêses analysando a acção e a influencia que elles vieram ter fóra do paiz. O sr. Mendes dos Remedios já o fez, em parte, com os judeus de Amsterdam, e é de applaudir. Mas não ha judeus portuguêses somente em Amsterdam. Ha-os em muita parte. Simplesmente, esses estudos só podem ser perfeitos e completos sendo feitos *no terreno*, e escriptor que o tentasse á sua custa ficaria enterrado até á ponta dos cabellos, admittindo que não fosse calvo e que, cabido em si, elles se lhe arripiassem d'espanto ou de medo.

Em França ha muitos judeus d'origem portuguêsa que chegaram a adquirir fortuna, renome e influencia. Todos teem conhecimento de Ca-

tulle Mendès. E todos sabem que Mendès era Mendes. Todos sabem que os Pereires, de Paris, que teem alli instituições, boulevards, estações do Metropolitano com o seu nome, eram Pereiras, primitivamente. O *Diccionario Larousse* attribue-lhes origem hespanhola. Segundo elle Jacob Pereire (Pereira), o celebre professor dos surdos-mudos, nasceu em Hespanha. Eram netos d'este, ainda segundo o Larousse, os banqueiros Jacob Emilio Pereire e Isaac Pereire, que foram ambos deputados, que adquiriram ambos grande fortuna, o ultimo esciiptor distincto, creando o celebre premio de 100:000 francos para as obras de economia social. O filho d'este, Eugenio Pereire, foi tambem notavel financeiro, homem politico e escriptor como seu pae. Ora se Jacob Pereira nasceu ou não em Hespanha, ignoro. O que sei é que era de familia portuguesa, oriunda de Bragança, e que ainda em 1880, e não sei se ainda hoje, os *Pereires* de Paris davam pensões a parentes pobres que tinham em Trás-os-Montes.

Em Bordeus e em Bayonne abundam os nomes portuguêses, ou já afrancesados: Mendès, Pereire, Carvaille, Sabarros (que deveria ter sido Sá Barros, creio eu) ou conservando, pura, a fórma primitiva: Mendes, Carvalho, Cardoso, Furtado, Gomes Silva, etc. Em Paris ha um jornalista—escrevia ultimamente no *Echo de Paris*—chamado Carvalho. Elle mesmo me disse a mim que era d'origem portuguêsa. Um dos seus avós emigrara de Portugal, fixando-se em Bordeus. D'origem portuguêsa deveria ser o ex-director da Opera Comica de Paris, que a dirigiu por tantos annos, até á sua morte, Léon Carvalho, casado com a celebre cantora, uma das mais celebres do seculo findo, Miolan de Carvalho.

Em Paris ha um alfaiate, dos melhores d'aquella grande capital, no Boulevard des Italiens, esquina da Rue Taitbout, chamado Gomes Silva. Tambem me disse a mim que era d'origem portuguêsa. D'um outro Gomes Silva, parente d'aquelle, consta-me, é a *Ville de Bayonne*, uma das casas mais importantes d'esta cidade, camisaria, alfaiataria, loja de pannos. O celebre medico João Baptista da Silva, nascido em Bordeus, medico de Luiz XV, e de quem Voltaire dizia: *C'était un de ces médecins que Molière n'eût pas ni osé rendre ridicules,* era certamente de familia oriunda de Portugal.

Ha pouco dizia-me um francez, em Bayonne: «Ha muitos Cardosos e muitos Carvalhos no sudoeste da França e são todos d'origem portuguesa». N'uma rua parallela á minha ha um grupo de casas novas com a designação geral *cité Furtado*. Perto, ha uma grande quinta, com uma bella e ampla casa ao cimo, que descortino nitidamente da minha

janella. E' a herdade *dos Furtados*. As escolas communaes de Bayonne são dom *dos Furtados*. Se em alguma outra lingua latina, que não seja a portugueza, (em hespanhol, não, que é *Hurtado*) não ha Furtado, evidentemente é d'origem portugueza esta rica familia de Bayonne. E ter-lhe-ha pertencido, sem duvida, aquella illustre dama Furtado-Heine, filha do opulento banqueiro de Paris, Furtado, feita pelo governo francez official da Legião de Honra, mulher do banqueiro Salomão Heine, tio do famoso Henri Heine, escriptor, pamphletario, poeta, sobretudo notavel como poeta, que está enterrado no cemiterio Montmartre, e que era judeu, como se sabe. Essa benemerita senhora, cuja origem, certamente, já foi averiguada em Portugal, pelos menos na data da sua morte (ignoro o que a esse respeito se terá escripto entre nós), gastou milhões e milhões em obras de caridade e de assistencia social. Fundou o sanatorio de Nice para officiaes, o estabelecimento hospitalar do Croisic, e contribuiu para a fundação do Instituto Pasteur em grande parte. Bemdita a mão que a expulsou d'esse paiz, quero dizer, que expulsou os seus antepassados! A estes e tantos outros que se vieram distinguir n'esta Europa! Se ahi teem ficado, crystallizavam, *como tudo*, em estupidos irmãos da opa ou da maçonica, em ferventes e bestiaes adoradores do João Franco ou do Ligorio.

Vinha eu falando, porem, do afinador francês que me veio afinar um piano. O homem, por seu turno, tinha costella portuguêsa, do lado da trisavó ou da tétravó. Um boccadinho compatriota, poz-se a conversar e, palavra puxa palavra, durou a conversa duas horas. No fim, offereceu-me os *Commentarios do Cesar*, em latim, convencido de que eu sabia latim e tudo quanto ha.

Não ignoram os leitores que a melhor maneira de agradar a um extrangeiro é mostrar-lhe que se conhece e aprecia a sua patria. Succede isso com os francezes, como com os inglezes, os italianos, os hespanhoes e os proprios portuguezes, apesar do sentimento patriotico andar na nossa alma muito apagado. Ora Deus me livre de dizer que conheço a França. Se eu não conheço Portugal!... Conhecer um povo, ainda que seja a nossa propria patria, as suas instituições, a sua historia, toda a complexidade da sua vida nacional, é coisa de que só se pode gabar um parlapatão ou um idiota. A não se ser portento, como o Palma Cavallão e o Ligorio. Cerebrações d'este quilate estão acima das apreciações dos homens! Não conheço a França. Mas com umas tinturas que tenho de coisas geraes, sabendo um pouco da historia d'esta raça, tendo visto e analysado com attenção, em quatro annos d'exilio, o que

me passou sob os olhos, não me foi difficil dar impressão de profundeza no que era meramente superficial.

Discutia-se, naturalmente, a guerra. Falava-se da França e da Allemanha. E o afinador, a quem não passava pela cabeça, e com razão, que um portuguez *culto* não soubesse latim, offerecia-me os *Commentarios,* no texto, para eu recordar que já o grande Cesar fazia differença entre o caracter gaulez e o germanico.

Não sou intrujão. Nunca o fui. Não é esse um dos meus muitos defeitos. Mas confesso que tive vergonha, muito mais por decoro nacional que por vaidade pessoal, de dizer ao afinador de pianos que os *Commentarios de Cesar,* no texto latino, para mim... eram chinez. E fui a correr compra-los traduzidos, para continuar mantendo, quando restituisse o livro ao homem, os meus creditos... de sabio!

Latim! Vi-o morrer, amortalhar, descer á cova, ha quarenta e cinco annos, n'essa minha infeliz patria. Entrei no lyceu d'Aveiro em 1871. N'esse anno, deixava o Germano de reger a sua cadeira. Aposentava-se. E com o Germano d'Aveiro e os Germanos de todo o paiz morria o latim em Portugal. Passara a ser uma tradição d'arrotos e grandes barbas como o Germano Ravara. Uma tradição biblica ou mythologica, temerosa, uma especie de gigante Adamastor no mar até então bravio, mas depois brando como azeite, dos estudos nacionaes. O Germano era um homem forte, alto, de barbas brancas até á cintura, d'arrotos tremendos e falas muito grossas. Morava na Rua da Vera Cruz e estava sempre á janella, um rez do chão, do escriptorio. Os rapazes da minha edade davam uma volta para não passarem á porta do Germano. Com medo dos arrotos, da voz, das barbas, e do latim que tudo isso encarnava! Não fosse elle voltar!

Mais tarde ainda tentei estudar latim com o Franco, no lyceu de Lisboa. Mas já era um latim derreado. Até o Franco era coxo! Em vez do magestoso e temeroso Germano, capaz de deter com o olhar, os arrotos, a voz e as barbas, um toiro na carreira, apparecia um professor de muletas, coxo e fanhoso. Discipulos, no primeiro anno, eramos dois: eu e o Marianno Pina. Dois, na immensa população escolar de Lisboa! E amadores. Eu, pelo menos. O latim, para o meu curso como para outros, não era obrigatorio. Como ousa o snr. Candido de Figueiredo zombar, troçar, flagellar, fulminar os *escrevedores,* como desdenhosamente lhes chama, se ha quarenta e cinco annos sahem dos lyceus, por culpa dos dirigentes que não por culpa d'ellas, gerações e gerações sem estudar latim nem grammatica! E' essa incoherencia e essa iniquidade

que eu extranho e no fundo me revolta. A primeira coisa que o snr. Candido de Figueiredo tinha a fazer, e que eu saiba nunca o fez, era empregar o seu talento e a sua auctoridade em coagir a opinião e os governos a uma séria e digna reforma dos estudos secundarios.

Então era isso. Fomos descendo e para travar a roda veio a reforma de João Franco, inspirada pelo snr. Jayme Moniz ao que constava. Mas já pelos motivos que temos referido, já porque exigia um esforço, e Portugal não está para se esforçar, essa reforma concitou a animadversão geral e não deu nada. Estava perdido o culto do estudo. O latim, em especial, era motivo de mofa. Era objecto de ridiculo. Era uma velharia e velharia rançosa. Os *espiritos fortes* galhofavam. E os espiritos fracos, deante d'essa troça dos espiritos fortes, envergonhavam-se. Estudava-se por obrigação mas não se estudava por devoção. E onde falta a devoção falta a força efficaz.

Este é o mal, em tudo. Almeida Garrett, nas suas *Viagens na Minha Terra,* já dizia: *Em Portugal não ha religião de nenhuma especie.* Nem haverá, emquanto não crearem o culto. Mataram a moral velha e não souberam crear a moral nova. Ou resuscitem aquella ou criem esta. E em qualquer caso, a base, a condição essencial, é arrancar o paiz á bruteza em que vive.

Abram-lhe o caminho do coração abrindo-lhe novos horizontes ao espirito. Ensinem-no a amar, a amar alguma coisa, seja o que fôr, alguma coisa nobre, alguma coisa levantada, ensinando-o a conhecer. O paiz não tem culpa. Nunca um cego teve culpa de tropeçar e cahir. Abram-lhe os olhos, com uma propaganda séria, reconfortante, intelligente, digna. Regenerem-no pelo exemplo, a educação e o ensino. Ou estão perdidos, seja Messias o Ligorio ou o Ligorinho, domine o integralismo ou o constitucionalismo, haja republica ou haja monarchia.

Homem Christo

NOTA — No ultimo artigo, a paginas 469, onde se lê **pert** *beaucoup pour les relever* deve-se lêr **peut** *beaucoup pour les relever.*

Factos e Criticas

Primeiro jantar mensal dos collaboradores da «IDEIA NACIONAL»

E' amanhã, 9 do corrente, que se realisa em Coimbra, no Palace Hotel, ás 7 horas, o primeiro jantar mensal dos collaboradores da *Ideia Nacional*.

Presidirá o snr. Conselheiro Ayres de Ornellas, estando já inscriptos, alem de quasi todos os collaboradores d'esta Revista, perto de cem pessoas das mais cathegorisadas do districto de Coimbra.

Ramalho Ortigão

Acaba de ser operado d'uma doença impertinente o grande escriptor portuguez. A noticia do seu mau estado de saude corria de bocca em bocca e puzera em alvoroço todo o paiz que n'elle vê a mais gloriosa figura litteraria do presente. Felizmente a operação correu bem e Ramalho Ortigão está em via de restabelecimento.

Cumprimentamos affectuosamente o nosso querido collaborador e amigo.

Organisação Monarchica

Em Coimbra realisa-se amanhã a sessão solemne de reabertura do Centro Monarchico Academico. Esta reunião, que deve ser imponente, terá logar ás 2 da tarde no Theatro Sousa Bastos devendo usar da palavra os senhores Conde de Bertiandos, Conselheiros Ayres de Ornellas, José de Azevedo Castello Branco, D. João de Alarcão, Luiz de Magalhães, João de Azevedo Coutinho, D. Luiz de Castro, Antonio Cabral, Dr. Alberto Pinheiro Torres, Moreira d'Almeida, Dr. Annibal Soares, Rocha Martins, Dr. Carlos Saccadura, Dr. Antonio Sardinha, Dr. José Pequito Rebello, Homem Christo Filho e outros oradores.

—Em Lamego trabalha-se activamente na fundação d'um Centro Monarchico. Para tratar d'esse assumpto está já organisada uma commissão composta pelas individualidades monarchicas mais em evidencia.

Reina grande enthusiasmo entre todos os monarchicos.

—Em Ponta Delgada realisou-se uma concorridissima reunião monarchica, na qual ficou eleita uma Junta Districtal. Votou-se uma saudação enthusiastica a todos os correligionarios do continente, sendo eleito presidente o antigo Par do Reino snr. Conselheiro José Maria Raposo do Amaral que foi sempre uma figura de destaque na politica açoriana e que na capital de S. Miguel conserva a grande influencia e o prestigio a que tem direito, pelos relevantes serviços prestados a sua terra natal. Volta elle á vida politica activa e volta desfraldando a antiga bandeira monarchica pela qual combateu e á qual se conservou sempre fiel.

Saudamol-o muito enthusiasticamente.

—Em Sinfães realisou-se a reunião do partido monarchico, resolvendo entregar a chefia politica aos snrs. dr. Francisco Joaquim Fernandes e Conde de Castello de Paiva.

Foi enorme a concorrencia, reinando o maior enthusiasmo entre os nossos correligionarios.

—Em Villa Flor trabalha-se com toda a actividade na organisação do Centro Monarchico, que deve estar aberto no dia 15 do corrente.

—Em Ancião está finalmente organisado o Centro Monarchico. Falta apenas conseguir casa para a sua installação o que em breves dias será resolvido.

As reuniões que em Chão de Couce se teem realisado, teem corrido no meio de grande enthusiasmo.

Hontem esteve ali o snr. dr. Jardim, tendo sido escolhidos como corpos dirigentes do partido, n'este concelho, o snr. Visconde de S. Thiago da Guarda e os rev.os vigarios do Alvorge, padre José Nunes Mathias e de Pousaflôres, padre Abilio de Sousa Ribeiro.

Mais ficou resolvido que cada um dos monarchicos que assistiu á reunião seja um verdadeiro combatente no sentido de congregar, nas suas respectivas freguezias, os membros do partido que até aqui teem andado dispersos.

A escolha do snr. Visconde de S. Thiago da Guarda para presidente do Centro Monarchico foi excellentemente recebida e é justo confessar que em

ninguem poderia ter cahido melhor do que em s. ex.ª

Espera-se agora pela installação do Centro em casa propria afim de se fazer a sua inauguração.

Lord Henry

Lord Henry despede-se hoje da *Ideia Nacional*. Deve substitui-lo, na mesma secção — *Philosophia Politica*, o snr. dr. Alfredo Pimenta.

Custa-nos muito ver desapparecer *Lord Henry* que nós fomos buscar ao seu recolhimento para collaborar n'*A Restauração* e mais tarde n'esta Revista. Os artigos de *Lord Henry* eram magistraes e despertaram em todo o paiz o maior interesse e os mais justificados applausos. Era um collaborador primoroso e querido como poucos. Tinhamo-nos habituado á sua prosa elegante, ao seu espirito requintado, ao mysterioso sabor do seu pseudonymo. Deixa-nos muitas saudades.

Mas vem substitui-lo o snr. dr. Alfredo Pimenta, que fez ha dias na Liga Naval uma conferencia brilhantissima, na qual não sabemos que mais admirar, se a belleza da forma, se o talento com que o illustre pensador defendeu theorias indefensaveis.

Agradecendo a Lord Henry os relevantes serviços que prestou á *Ideia Nacional* esperamos que o snr. dr. Alfredo Pimenta honrará as tradições do seu antecessor.

Conselheiro J. d'A. C. Branco

Publicamos hoje um brilhantissimo artigo do Senhor Conselheiro José de Azevedo Castello Branco sobre Politica Externa, intitulado *O Neo-Iberismo*.

Aquelle nosso illustre amigo, inteiramente absorvido por affazeres urgentes, não tem podido escrever n'*A Ideia Nacional* com a regularidade que seria para desejar. Esperamos porem que dentro em breve o eminente estadista possa occupar-se com toda a regularidade da secção de que nos fez a honra de se encarregar.

A amnistia

Com este titulo publicou ha dias na *Ideia Nacional* um artigo brilhantissimo o distincto advogado e jornalista snr. Dr. Valle Guimarães.

Esse artigo foi muito apreciado pelos nossos leitores que nos teem insistentemente felicitado. Pedimos desculpa de não podermos responder pessoalmente a todas as pessoas que nos teem escripto a este respeito.

Homem Christo

Chegou emfim a Aveiro, de regresso do exilio, o snr. Homem Christo, que pertencia ao numero dos onze proscriptos pelo governo do snr. Bernardino Machado.

Saudamos o nosso illustre e querido collaborador e esperamos com anciedade *O Povo de Aveiro* que, segundo nos consta, deve reapparecer no principio da proxima semana.

Contemporanea

Quando aqui annunciámos o proximo apparecimento da *Contemporanea* já affirmavamos que seria uma revista primorosa. Sabiamo-lo porque conheciamos o seu director astistico, José Pacheco, um dos mais completos temperamentos de artista que temos encontrado. A parte litteraria, a cargo do snr. João Correia de Oliveira, tambem não podia deixar de corresponder á merecida reputação d'este escriptor.

Temos a lealdade de confessar que todas as nossas previsões falharam. *Contemporanea* foi muito alem da nossa espectativa. A parte artistica é uma verdadeira maravilha e a parte litteraria não lhe fica a dever nada. Seria uma vergonha para este paiz que uma publicação d'esta natureza não vingasse. A todos os nossos amigos aconselhamos a leitura da *Contemporanea*.

Composto e impresso na Typographia de ANTONIO CONCEIÇÃO ROCHA — Rua de Arnellas — AVEIRO.